

requer a unificação da Itália requer, portanto, ao fim e ao cabo, a secularização dos Estados papais. Ela requer ainda mais que isso. De acordo com Maquiavel, a Igreja por meio do seu poder temporal não é apenas o maior obstáculo à unidade da Itália; ela é também a responsável pela corrupção moral e religiosa da Itália e pela consequente perda de virtude política. Ademais, Maquiavel temia sobremaneira os suíços, cuja excelência militar ele atribuía parcialmente à robustez da sua piedade. Ele chega à conclusão de que se a corte papal fosse removida para a Suíça, logo se observaria a deterioração da piedade e da moralidade naquele país e, com elas, do seu poder.³³ Ele parece ter ponderado o pensamento de que o libertador da Itália teria de ir além da secularização dos Estados papais; ele teria de remover a corte papal para a Suíça e, dessa forma, matar dois coelhos com uma única cajadada. O libertador da Itália certamente deve ter a coragem de fazer o que Giovampagolo Baglioni foi abjeto demais para fazer, a saber, “mostrar aos preladados quão pouco respeito se deve a pessoas que vivem e governam como eles e, assim, realizar uma ação cuja grandeza oblitera toda infâmia e todo risco que ela pode ocasionar”. Ele deve tornar a Itália tão unida quanto era “no tempo dos romanos”.³⁴ O destinatário do *Príncipe* é aconselhado a imitar Rômulo entre outros. Imitar Rômulo significa fundar Roma de novo. Mas Roma já existe. Ou a imitação de Rômulo pode significar fundar de novo uma Roma pagã, uma Roma destinada a tornar-se de novo a mais gloriosa república e a sementeira e o coração do mais glorioso dos impérios? Maquiavel não responde a essa questão com todas as letras. Quando menciona pela segunda vez, no último capítulo, os modelos veneráveis que o destinatário do *Príncipe* deveria imitar, ele silencia sobre Rômulo.³⁵

privadas que ele teve (caps. III e VII). De acordo com a primeira história, Maquiavel disse numa ocasião a um cardeal francês que os franceses nada sabiam de política, pois se soubessem não teriam permitido que a Igreja se tornasse tão grande (através dos sucessos de César Bórgia). A segunda história fala do que César Bórgia disse a Maquiavel no dia em que o papa Júlio II foi eleito, o dia em que as esperanças de César foram destroçadas por causa da insuficiência do controle que ele exercia sobre a Igreja: César cometera, de fato, o mesmo erro que os franceses, mas ele tinha a desculpa de não ter escolhido. Em *História de Florença* I 23, Maquiavel alude à possibilidade de que o papado viesse a se tornar hereditário. É possível que ele estivesse especulando sobre a ideia de que um novo César Bórgia pudesse redimir a Itália depois de tornar-se papa e fundador de uma dinastia papal?

³³ *Discursos* I 12. Cf. Carra a Vettori de 26 de abril de 1513.

³⁴ *Discursos* I 27; *Opere* I 683.

³⁵ Maquiavel prepara o seu silêncio a respeito de Rômulo no cap. XXVI do seguinte modo: no cap. VI, ele enumera os quatro fundadores heróicos três vezes e, na enumeração final, deixa Rômulo no

A questão que assim nos força a colocar ele a responde pelo silêncio. Nesse sentido, devemos observar que, enquanto nos *Discursos* “nós” às vezes significa “nós, os cristãos”, no *Príncipe* o pronome jamais tem esse significado. Seja como for, tanto a doutrina geral quanto o conselho particular comunicados explicitamente pelo *Príncipe* são mais tradicionais ou menos revolucionários que seja a doutrina geral, seja o conselho particular na sua forma completa. Os dois pares de opostos que são característicos do *Príncipe*, a saber, ele ser tanto um tratado quanto uma obra de ocasião, e o fato de ter um exterior tradicional e um interior revolucionário, são entrelaçados com grande habilidade. Todo *O Príncipe* é, como Maquiavel indica no princípio do segundo capítulo, uma fina teia. A sutileza da teia contrasta com a franqueza chocante do discurso que o autor por vezes emprega ou afeta. Seria preferível dizer que a fina teia é sutilmente tecida com a franqueza chocante do discurso que o autor escolhe empregar no tempo e no lugar apropriados.

Por hora, o que foi dito é suficiente no que diz respeito ao caráter do *Príncipe*. O tema do livro é o príncipe, mais especialmente o novo príncipe. Na Epístola Dedicatória, Maquiavel indica que a sua doutrina está baseada no seu conhecimento das ações dos grandes homens; mas os maiores exemplos de grandes homens são os novos príncipes como Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, homens que “adquiriram ou fundaram novos reinos”. No primeiro capítulo, ele divide os principados em classes levando em conta as diferenças de materiais e modos de aquisição em vez das diferenças de estrutura e propósito. Com isso, ele indica desde o princípio que se ocupará principalmente dos homens que desejam adquirir principados (sejam mistos ou absolutamente novos), isto é, dos novos príncipes. Há uma dupla razão para essa ênfase. A razão óbvia é o fato de que o destinatário imediato do livro é um novo príncipe, e um que é, ainda mais, aconselhado a tornar-se príncipe da Itália e, assim, um novo príncipe num sentido mais elevado. Mas o que à primeira vista parece ser ditado meramente pela consideração de Maquiavel pelas necessidades e perspectivas do seu destinatário imediato prova, depois de alguma reflexão, ser necessário também por razões puramente teóricas. Todos os principados, mesmo que agora sejam eleivos ou hereditários, foram originalmente novos principados. Mesmo todas as repúblicas, pelo menos as maiores repúblicas, foram fundadas por homens extraordinários exercendo um poder extraordinário, isto é, por novos príncipes. Discutir os novos príncipes significa, portanto, discutir as origens

própria natureza da sociedade. O fato de o destinatário do *Príncipe* ser um novo príncipe real ou potencial de algum modo oculta o significado eminentemente teórico do tema do “novo príncipe”.

A ambiguidade gerada pelo fato de que *O Príncipe* às vezes trata de príncipes em geral e, às vezes, de novos príncipes em particular é intensificada pela ambiguidade da expressão “novo príncipe”. A expressão pode designar o fundador de uma dinastia num Estado já estabelecido, isto é, um novo príncipe num Estado antigo, ou um homem que “se apoderou” de um Estado, como Sforza em Milão ou Agátocles em Siracusa ou Liverotto em Fermo. Mas ela pode também designar um novo príncipe num novo Estado ou “um príncipe absolutamente novo num Estado absolutamente novo”, isto é, um homem que não adquiriu simplesmente um Estado já em existência, mas que fundou um Estado. O novo príncipe num novo Estado, por sua vez, pode ser um imitador; isto é, ele pode adotar modos e ordens inventados por outro novo príncipe, ou, em outras palavras, trilhar caminhos já percorridos. Mas ele também pode ser o criador de novos modos e ordens, ou um inovador radical, o fundador de um novo tipo de sociedade, possivelmente o fundador de uma nova religião – em suma, um homem como Moisés, Ciro, Teseu ou Rômulo. Maquiavel aplica a homens da mais alta ordem o termo “profetas”.³⁶ Esse termo parece ser mais adequado a Moisés que aos outros três exemplos. Moisés é, com efeito, o fundador mais importante: o cristianismo repousa sobre as fundações assentadas por Moisés.

No princípio do capítulo dedicado aos exemplos mais elevados, Maquiavel deixa inequivocamente claro o fato de que não espera que o destinatário do *Príncipe* seja ou se torne um criador: ele aconselha seu leitor a fazer-se um imitador ou seguir os caminhos já trilhados, ou ser um homem virtuoso de segunda ordem. Isso nada tem de surpreendente: um criador não teria necessidade da instrução de Maquiavel. Conforme declara na Epístola Dedicatória, Maquiavel deseja que Lorenzo “entenda” o que ele próprio “chegou a saber e entender”: ele não espera que o monarca tenha chegado ao conhecimento das coisas mais importantes por si mesmo. Lorenzo pode ter um “cérebro excelente”; Maquiavel não espera que ele tenha um cérebro “da maior excelência”.³⁷ Seja como for, sendo um “homem prudente”, ele é exortado a “seguir o caminho

trilhado pelos grandes homens e imitar os que foram os mais excelentes”, vale dizer, homens como Rômulo e Moisés. Por outro lado, os preceitos que Maquiavel dá a Lorenzo são extrairdos das ações não de Rômulo ou de Moisés, mas de César Bórgia.³⁸ Pois, sem nada dizer sobre outras considerações, a esperança de ascensão de Lorenzo depende da relação da sua família com o atual chefe da Igreja e, portanto, do acaso, da mesma forma que a ascensão efetiva de César dependeu da sua relação de família com o antigo chefe da Igreja, ao passo que Rômulo e Moisés ascenderam ao poder por meio da virtude e não do acaso. A imitação de César Bórgia significaria, para Lorenzo, admitir a sua inferioridade em relação a ele: o livro de Maquiavel estaria sobremaneira fora de lugar se fosse destinado a um homem da estatura e falta de escrúpulo de César. E, no entanto, Lorenzo é aconselhado a imitar homens da estatura de Rômulo e Moisés. Como transparece no último capítulo, essa imitação é esperada menos do próprio Lorenzo que da casa ilustre à qual ele pertence.

No último capítulo, a ênfase é colocada completamente sobre Moisés. Maquiavel diz, ali, que Deus era amigo de Moisés, Ciro e Teseu. A descrição é aplicada a Moisés com maior propriedade que a Ciro e Teseu. Lorenzo é, assim, exortado a imitar Moisés. A noção de imitar os profetas antigos era familiar aos contemporâneos de Maquiavel: Savonarola era visto como um novo Amós ou um novo Moisés, isto é, como um homem que fez as mesmas coisas que os profetas bíblicos fizeram, em novas circunstâncias. Isso não equivale a dizer que não existe diferença entre a imitação de Moisés tal como concebida por Savonarola e a imitação de Moisés como Maquiavel a entendia. Para encorajar Lorenzo a libertar a Itália, Maquiavel lembra-o dos milagres que Deus realizou diante dos seus olhos: “O mar se abriu. Uma nuvem guiou o caminho. Da rocha brotou água. O maná choveu do céu”. Os milagres do tempo de Lorenzo que são atestados apenas por Maquiavel imitam os milagres do tempo de Moisés. Mais precisamente, eles imitam os milagres realizados, não no Egito, na casa da escravidão, mas no caminho do Egito para a Terra Prometida – a terra a ser conquistada. Diferentemente de Savonarola, Maquiavel não prediz que Florença, ou o seu soberano, tornar-se-á a soberana da Itália,³⁹ pois o sucesso do empreendimento depende agora unicamente do exercício da virtude humana, que, em razão do livre-arbítrio do homem, não

³⁶ *O Príncipe* caps. I, VI (17-19), VIII (29-30), XIV (48), XIX (66), XX (67) e XXIV (77); cf. *A Arte da Guerra* VII (616-17).

³⁸ Cap. VII (21-22). Cf. n. 32-35.

pode ser prevista. O que pode ser iminente, conforme Maquiavel sugere, é a conquista de outra Terra Prometida, a terra que ele mais ou menos prometeu a Lorenzo. Mas o caso é que a imitação de Moisés é ruim para Lorenzo; pois Moisés não conquistou a Terra Prometida: ele morreu em seus limites. Desse modo obscuro, Maquiavel, a nova sibila, profetiza que Lorenzo não conquistará e libertará a Itália.⁴⁰ Ele não considerava exequível o propósito prático com o qual conclui *O Príncipe*. Ele ponderou bem demais as forças da Itália contemporânea para ter qualquer ilusão. Como declara nos dois Prefácios dos *Discursos*, que nesse aspecto retomam o fio onde *O Príncipe* o deixou, “daquela antiga virtude [que é política] não restou nenhum vestígio” na Itália. Não o projeto de curto prazo sugerido no fim do *Príncipe*, mas o projeto de longo prazo indicado ao longo dos *Discursos* é o que oferece esperança de sucesso. Muitos autores desconsideraram o último capítulo do *Príncipe* como uma peça de mera retórica. Essa opinião – se fosse seguida de uma interpretação inteligente da conclusão enigmática do *Príncipe* – poderia ser aceita como uma expressão menos sofisticada do fato de que o capítulo não deve ser tomado literalmente ou com toda a seriedade.

Maquiavel não está satisfeito em indicar a sua opinião ao nos levar a pensar sobre o caráter não auspicioso da imitação de Moisés no que toca à conquista da Terra Prometida. Ao mesmo tempo que enfatiza o caráter imitativo da obra à qual exorta Lorenzo, ele sublinha o fato de que o libertador da Itália tem de ser um criador, um inventor de novos modos e ordens, e, logo, não um imitador. Ele próprio insinua algumas inovações táticas de longo alcance. Mas fica claro que o inovador ou o inventor nesses assuntos é Maquiavel, e não Lorenzo. A predição críptica do fracasso de Lorenzo, caso este se lançasse na tentativa de libertar a Itália, pode, portanto, ser reformulada como se segue: apenas um homem de gênio, de virtude suprema, poderia ser bem-sucedido em libertar a Itália; mas a Lorenzo falta a forma mais alta de virtude. Sendo este o caso, ele é compelido a contar demais com o acaso. Maquiavel indica e oculta o quanto Lorenzo teria de contar com o acaso pela linguagem religiosa que emprega no último capítulo. Ele menciona Deus nesse único capítulo o mesmo número de vezes em que faz em todos os outros capítulos do *Príncipe*

tomados em conjunto. Ele se refere ao libertador da Itália como um “espírito” italiano; ele descreve a libertação da Itália como uma redenção divina e sugere a sua semelhança com a ressurreição dos mortos descrita por Ezequiel; ele alude aos milagres operados por Deus na Itália. Por mais que queiramos nos sentir tocados por essas expressões de sentimento religioso, não conseguimos fazê-lo. A certeza que Maquiavel demonstra da intervenção divina nos remete à sua esperança de um levante italiano geral contra os odiados estrangeiros. Assim como essa esperança contrasta com o que os capítulos anteriores haviam indicado com relação à certeza de uma poderosa resistência italiana ao libertador e unificador da Itália, a expressão do sentimento religioso contrasta com algumas observações explícitas anteriores. Estas dão conta de que o temor de Deus é desejável ou indispensável em soldados e quicá nos súditos em geral, ao passo que o príncipe precisa simplesmente parecer religioso, podendo criar facilmente essa impressão quando se considera o caráter grosseiro da ampla maioria dos homens. Mesmo no último capítulo, Maquiavel chama os eventos contemporâneos operados por Deus que se assemelham a determinados milagres bíblicos não de “milagres”, mas de eventos “extraordinários”⁴¹ e “sem exemplo”;⁴² com isso, ele nega a realidade desses milagres bíblicos e, assim, pela mais óbvia razão, a realidade de todos os milagres bíblicos. Sem essa negação, a sua própria livre invenção dos eventos “extraordinários” contemporâneos não seria possível: esses milagres inventados têm o mesmo *status* dos milagres bíblicos. De acordo com o *Príncipe*, milagres são acontecimentos que não são nem comuns nem razoáveis. São acontecimentos que não podem ser remetidos a causas secundárias, mas apenas ao próprio Deus diretamente. Perto do fim do capítulo XXV, Maquiavel sugere que o que geralmente se quer dizer com a palavra “Deus” é, na verdade, nada mais que o acaso. Logo, a sugestão feita no capítulo XXVI de que uma variedade de milagres teria acontecido na Itália contemporânea é o equivalente figurativo da asserção, tornada explícita no capítulo XXV, de que o acaso é particularmente poderoso na Itália da época. Mais especificamente, muitas “derrotas milagrosas” tiveram lugar na Itália contemporânea.⁴³ No último capítulo, Maquiavel enumera sete

⁴¹ Maquiavel diz apenas *straordinari* [disposizioni] *senza esempio*. (N. T.)

⁴² Isso não implica negar o fato de que os milagres atestados por Maquiavel são inauditos na medida em que a sequência em que acontecem difere da sequência dos milagres de Moisés.

⁴³ *O Príncipe* caps. III (13), XII (39, 41), XVIII (56-57) e XXV (80-81); cf. *Discursos* 1.27. Pode-se

⁴⁰ A mudança de ênfase observada em *O Príncipe*, cap. XXVI, de Lourenço para a sua família, pode ser entendida em certa medida a partir do ponto de vista indicado no texto. Para a não confiabilidade das promessas feitas com base na paixão, cf. *Discursos* II 31; e para a popularidade das grandes

derrotas extraordinárias sofridas no passado imediato por tropas italianas.⁴⁴ Uma vez que não existe derrota sem vencedor, pode-se falar com igual justiça de “perdas miraculosas e aquisições miraculosas” como a consequência necessária da preponderância do poder da Fortuna na Itália contemporânea.⁴⁵ Isso significa que, dada a ineficiência do sistema militar italiano e a consequente preponderância do acaso, um príncipe bem aconselhado e industrialmente poderoso obterá assombrosos sucessos contra outros príncipes italianos, como os sucessos obtidos pelo papa Júlio II sobre seus covardes inimigos. Em particular, Lorenzo poderia ter sucesso em construir uma potência considerável na Toscana. Mas o pensamento de derrotar as poderosas monarquias militares que então dominavam partes da Itália seguia, por enquanto, sendo apenas um sonho.⁴⁶

Não se pode entender o sentido desse último capítulo e com ele, do *Príncipe* como um todo, sem levar em consideração a posição, o caráter e as aspirações do outro polo da relação, para não dizer do diálogo que é constitutiva do livro. Na proporção em que o *status* de Lorenzo é diminuído, a estrutura de Maquiavel cresce. No princípio da Epístola Dedicatória, Lorenzo surge habitando os píncaros da majestade, ao passo que Maquiavel não serve nem para tirar o pó dos seus pés: o favorito da Fortuna é apresentado em contraste com o inimigo dela. Maquiavel apresenta-se como um homem que tem informação que aos príncipes falta necessariamente, embora dela necessitem. Ele descreve essa informação de um modo que é surpreendente não apenas para aqueles que são forçados por disposição ou treinamento a pensar em dados estatísticos. Ele alega ter conhecimento sobre a natureza dos príncipes: da mesma forma que se vê melhor as montanhas a partir dos vales e os vales a partir das montanhas, é preciso ser um príncipe para conhecer bem a natureza dos povos, e ser um homem do povo para conhecer bem a natureza dos príncipes. Em outras palavras, embora Lorenzo e Maquiavel estejam em extremos opostos na

da virtude (cap. XXIV); 2) muito depende do acaso, mas o acaso pode ser dominado pelo tipo certo de homem (cap. XXV); 3) o acaso deu conta da parte mais difícil do trabalho exigido para a libertação da Itália, apenas o resto precisa ser feito por meio da virtude (cap. XXVI).

⁴⁴ As sete derrotas reais devem ser consideradas em conjunto com os quatro milagres inventados, se a intenção é compreender a insinuação de Maquiavel.

⁴⁵ *Discursos* II 30 *in fine*.

⁴⁶ Na parte “mais alta” do *Príncipe*, Maquiavel fala em “nós, florentinos” (caps. XV e XX), ao passo que nas outras partes do livro ele fala em “nós, italianos” (caps. II, XII, XIII e XXIV). O tirano Nábis destruiu a liberdade de muitas cidades gregas (Justino XXXI 1); com seu assassinato essa

escala da Fortuna, eles se igualam em sabedoria: cada qual tem uma metade do todo da sabedoria política; eles nasceram para complementar um ao outro. Maquiavel não diz que eles deveriam juntar seus recursos para libertar a Itália. Tampouco está disposto a dar a sua parte da sabedoria política como um puro dom. Ele deseja receber algo em troca. Ele quer melhorar a sua fortuna. Olhando adiante até o fim do livro, podemos dizer que ele deseja melhorar a sua fortuna mostrando a Lorenzo como melhorar a dele tornando-se príncipe da Itália. Pois, como afirma já na Epístola Dedicatória, o acaso e as outras qualidades de Lorenzo prometem-lhe uma grandeza que ultrapassa até mesmo a sua grandeza presente. Maquiavel dedica o *Príncipe* a Lorenzo porque busca uma posição de destaque. Ele deseja tornar-se servo de Lorenzo. Talvez deseje tornar-se um conselheiro ocasional ou temporário. Talvez tenha em mente inclusive uma posição de conselheiro permanente. Mas o limite absoluto da sua ambição seria tornar-se ministro de Lorenzo, ser para este príncipe o que foi Antonio da Venafro para Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena. O seu desejo seria inteiramente despropositado se ele não visse como convencer o seu mestre da sua competência. A prova da sua competência é o *Príncipe*. Mas competência não é suficiente. Lorenzo também deve estar seguro da lealdade de Maquiavel ou pelo menos da sua confiabilidade. Maquiavel não pode referir-se, nem mesmo na Epístola Dedicatória, ao fato de que já ocupou uma posição de destaque na qual serviu com lealdade. Pois foi um servidor leal do regime republicano em Florença, e isso por si mesmo poderia comprometer-lo aos olhos do seu príncipe. Ele enfrenta essa dificuldade pela primeira vez no capítulo sobre principados civis, isto é, sobre o tipo de principados do qual o governo de Lorenzo é um exemplo. E discute ali a questão de como o príncipe deve tratar os seus súditos notáveis. Ele distingue três tipos de notáveis, o tipo central consistindo de homens que não se comprometem inteiramente com a causa do príncipe porque são pusilânimes e padecem de uma falta de coragem natural. Maquiavel aconselha o príncipe a empregar homens dessa espécie contanto que sejam bons conselheiros, “pois na prosperidade é honrado com isso e na adversidade não tens nada que temer deles”. Bons conselheiros terão a pusilanimidade requerida se o poder do príncipe tiver um forte apoio popular: os poucos que são capazes de ver com seus próprios olhos “não ousam se opor à opinião dos muitos que têm a majestade do Estado a seu lado”. Tendo em vista que Maquiavel foi suspeito de ter participado de uma conspiração contra os Médici, era particularmente necessário para ele mostrar, com o *Príncipe*, que

homens do seu tipo jamais teriam a temeridade de tomar parte em empreendimentos tão perigosos, pois pensariam apenas nas consequências prováveis dos seus feitos e não na sua possível nobreza intrínseca. Por pouco ele não nos presentearia com o espetáculo de uma conversa entre ele próprio e um conspirador potencial contra o príncipe, na qual tenta convencer o conspirador da tolice das suas maquinações – um espetáculo cuja mera sugestão deve ter edificado e tranquilizado Lorenzo tivesse ele lido o *Príncipe*. No fim, Maquiavel não evita falar explicitamente sobre como um novo príncipe deveria tratar os homens que, no começo do seu reino, foram suspeitos por causa da sua lealdade ao regime anterior. Ele exorta o príncipe a fazer uso de homens nessa posição. “Pandolfo Petruccio, príncipe de Siena, governou seu Estado mais com aqueles de quem suspeitava do que com os outros”. O mero fato de que esses homens são compelidos a viver preocupados com o passado os faz desejar serem servidores confiáveis do príncipe. Mas ao provar tão completamente a sua confiabilidade, além da sua competência, pode parecer que Maquiavel foi longe demais. O seu patão potencial bem pode se perguntar se um homem astuto como ele, se empregado como um conselheiro ou ministro, não receberia todo o crédito pelas ações sábias do governo e não tornaria, assim, pelo contraste, o príncipe menos sábio que ele e digno de desprezo. Maquiavel o tranquiliza tanto quanto possível postulando como uma regra geral e infalível que um príncipe que não seja ele mesmo sábio não pode ser bem aconselhado.⁴⁷ Considerando os grandes riscos a que Maquiavel se expõe ao tentar ser aceito no serviço do novo príncipe, pode-se perguntar se, de acordo com os seus princípios, ele não deveria ter preferido a pobreza e a obscuridade. Maquiavel só responde a essa questão nos *Discursos* tendo em vista que ela não poderia ser respondida com qualquer grau admissível de propriedade no *Príncipe*. Homens na sua posição, indica ele, vivem em perigo contínuo se não buscam ficar a serviço do príncipe; ao tentar oferecer conselho ao príncipe, eles devem, com efeito, “considerar as coisas com moderação”, isto é, devem evitar aparecer como os principais ou únicos promotores de um plano ousado. Apenas se o plano usado estiver apoiado num partido forte, alguns riscos podem ser assumidos com

segurança.⁴⁸ O conselho particular que Maquiavel dá a Lorenzo de maneira explícita, a saber, o conselho que ele oferece no último capítulo do *Príncipe*, é moderado tanto porque ele cala a propósito das medidas extremas requeridas para a liberação da Itália quanto porque não pode deixar de ser muito popular junto a um grande número de italianos.

Ainda não tomamos em consideração a estranhíssima alegação maquiavélica de que tem apenas uma das metades da sabedoria política, a saber, o conhecimento da natureza dos príncipes, ao passo que Lorenzo supostamente teria a outra metade, isto é, o conhecimento da natureza dos povos. Ele faz essa alegação, ou sugestão, no mesmo contexto no qual declara sua intenção de estabelecer regras para o governo do príncipe. Mas estabelecer regras para príncipes sobre como devem governar significa ensiná-los como devem governar os seus povos. Maquiavel não pode, portanto, ensinar aos príncipes sem ter também um bom conhecimento da natureza dos povos. De fato, ele dá numerosas mostras ao longo do livro de ter esse conhecimento na medida em que o transmite no *Príncipe* ao seu pupilo principesco. Ele sabe, portanto, tudo o que o príncipe sabe de relevante, e, além disso, muita coisa relevante que o príncipe ignora. Ele não é simplesmente um conselheiro potencial de um príncipe, mas um professor de príncipes enquanto tais. De fato, considerando que muitos dos seus preceitos não são de modo algum requeridos pelos príncipes, na medida em que saberiam essas coisas sem a sua instrução, ele também, mediante o *Príncipe*, ensina aos súditos o que deveriam esperar do seu príncipe, ou a verdade sobre a natureza dos príncipes.⁴⁹ Como conselheiro de um príncipe, o autor se dirige a um indivíduo; como professor de sabedoria política, ele se dirige a um número indefinido de pessoas. Maquiavel indica a sua dupla posição e a dualidade correspondente dos seus destinatários ao fazer uso da segunda pessoa: ele usa o “vós” quando se dirige ao príncipe, e mesmo ao homem que conspira contra o príncipe, ao passo que usa o “tu” ao dirigir-se àqueles cujo interesse é principalmente teórico, seja pura e simplesmente seja de forma temporária. O último tipo de destinatários do *Príncipe* é idêntico aos destinatários dos *Discursos*, ou seja, “os jovens”.⁵⁰

⁴⁷ O *Príncipe* caps. IX (32), XVIII (57), XIX (58-59), XX (68-69) e XXIII (76-77). Em cada um dos dois capítulos, XX e XXI, Maquiavel oferece cinco regras para os príncipes; a quarta regra no cap. XX diz respeito ao emprego de homens que eram suspeitos no princípio do reino de um novo príncipe; na quarta regra apresentada no cap. XXI, aconselha-se que o príncipe honre os que são

⁴⁸ *Discursos* III 2 *in fine* e 35 (422-23).

⁴⁹ Cf. *Discursos* I 30 (163) com 29 (160-61).

⁵⁰ Além da Epístola Dedicatória e do cap. XXVI, em que Maquiavel, falando de Lorenzo para Lorenzo, adota o plural reverencial, ele usa a segunda pessoa do plural apenas em conexão com

Maquiavel menciona apenas um único professor de príncipes, Quíron, o centauro que criou Aquiles e muitos outros príncipes antigos. O modelo de Maquiavel é uma figura mítica: ele volta aos primórdios não apenas ao fazer dos fundadores heroicos o seu tema mais elevado e da fundação da sociedade, o seu tema mais fundamental, mas também ao compreender o que ele próprio está fazendo. O seu modelo é meio fera, meio homem. Ele exorta os príncipes, e especialmente os novos príncipes, primeiro, a fazer uso de ambas as naturezas, a natureza da fera e a natureza do homem; e, na repetição do argumento, a simplesmente imitar a fera, isto é, a usar a pessoa da raposa e do leão, ou imitar essas duas naturezas.⁵¹ A imitação da fera toma o lugar da imitação de Deus. Devemos observar, aqui, que Maquiavel é a nossa mais importante testemunha da verdade de que o Humanismo não é suficiente. Considerando que o homem deve entender a si mesmo à luz do todo ou da origem do todo, que não é humana, ou tendo em vista que o homem é o ser que deve tentar transcender a humanidade, ele forçosamente transcenderá a humanidade na direção do sub-humano se não transcendê-la na direção do sobre-humano. *Tertium*, isto é, o Humanismo, *non datur*. Devemos olhar à frente de Maquiavel para Swift, cuja obra-prima culmina na recomendação de que os homens deveriam imitar os cavalos,⁵² para Rousseau, que demandava o retorno ao estado de natureza, um estado sub-humano, e para Nietzsche, que afirmou que a Verdade não é Deus, mas uma Mulher. Quanto a Maquiavel, pode-se dizer com pelo menos igual direito que ele substitui a imitação do Deus-

último tipo no *Príncipe*, ao passo que nos *Discursos*, se bem me lembro, verificam-se apenas dois (I 58 [221] e II 30 [317]): nos *Discursos*, que são endereçados a príncipes potenciais, a necessidade de diferenciar os homens de ação dos homens de pensamento não se apresenta na mesma medida que no *Príncipe*. Considere-se *Discursos* II pr. (230). No capítulo do *Príncipe* dedicado aos bajuladores – cap. XXIII (75) –, Maquiavel usa o TU [segunda pessoa, informal, Thou (N. T)] para falar do príncipe para o príncipe e a terceira pessoa [His, como em *His majesty*, uso deferencial, (N. T)] para falar do príncipe prudente: Maquiavel não é um bajulador. O cap. III (10-11) é uma bela ilustração de como Maquiavel, o professor, trabalha com seus leitores no exame de determinadas coisas e de como a sua contribuição difere da contribuição dos seus leitores.

⁵¹ *O Príncipe* caps. XVIII (55) e XIX (62).

⁵² Os *Houyhnhnms* de Swift, sendo cavalos dotados de razão, são centauros se o centauro é um ser que combina a perfeição do cavalo com a perfeição do homem. Para entender o que significa a recomendação de imitar esses híbridos de homem e animal nas *Viajagens de Gulliver*, seria preciso começar pelos fatos de que a relação entre Lilliput e Brobdingnag imita a relação entre os modernos e os antigos, e que a mesma relação é mais uma vez imitada num plano diverso nas últimas duas

-homem, Criso, pela imitação da Fera-Homem, Quíron. A Fera-Homem é, como Maquiavel indica, uma criação dos autores da Antiguidade, uma criação da imaginação. Assim como Cipião, ao imitar Ciró, imitava de fato uma invenção de Xenofonte,⁵³ os príncipes, ao imitar Quíron, imitarão de fato não este, mas os autores antigos, se a reprodução de um ensinamento pode com justeza ser chamada de uma imitação desse ensinamento. Mas o que quer que seja verdadeiro a respeito dos príncipes e outros atores, é certo que Maquiavel, ao ensinar aos príncipes o que Quíron os teria ensinado, imita Quíron ou segue os criadores de Quíron. No entanto, como já observamos, pelo simples fato de ensinar abertamente e em seu próprio nome o que alguns autores antigos ensinaram de modo disfarçado e por meio de personagens como porta-vozes, Maquiavel apresenta um ensinamento ou doutrina absolutamente novo. Ele é um Quíron de tipo absolutamente novo.

Como professor de príncipes ou de novos príncipes em geral, Maquiavel não está especialmente preocupado com os problemas particulares enfrentados pelos príncipes italianos contemporâneos. Esses problemas particulares têm interesse para ele apenas como ilustrações de problemas típicos. O propósito primário do *Príncipe* não é, assim, oferecer aconselhamento a um príncipe italiano particular, mas apresentar uma doutrina absolutamente nova a respeito de novos príncipes absolutamente novos em Estados absolutamente novos, ou um ensinamento chocante sobre os mais chocantes fenômenos. Considerando esse fato aprendemos o sentido do último capítulo. O conselho particular ali oferecido serve ao propósito de justificar o novo ensinamento geral diante do tribunal da opinião recebida: um ensinamento geral que, não importa o quão revolucionário e repulsivo, poderia ser redimido se conduzisse a um conselho particular tão respeitável, honroso e louvável quanto a libertação da Itália. Mas como essa transformação é conseguida? Maquiavel não suprime meramente a menção dos meios impuros que são requeridos para a realização do sagrado fim. Ele introduz subrepticamente um novo fim, um fim que não é con-substanciado pelo argumento dos primeiros 25 capítulos. Ele exorta Lorenzo a libertar a Itália com base no patriotismo – para usar uma expressão à qual se alude perto do princípio do capítulo XXVI, com base no bem comum. Com isso, Maquiavel cria a impressão de que todas as regras e conselhos terríveis dados ao longo da obra assim o foram exclusivamente em nome do bem comum.

O último capítulo sugere, portanto, uma interpretação tolerável do ensinamento chocante que compõe a grande parte do livro. Mas os primeiros 25 capítulos observaram um completo silêncio a respeito do bem comum. A alusão ao bem comum perto do início do capítulo XXVI tem o mesmo *status* que os outros elementos surpreendentes desse capítulo: a expectativa de um levante geral de toda a Itália contra os estrangeiros e a expressão do sentimento religioso. É apenas quando o conselho particular dado no último capítulo é submetido à análise política, segundo a linha definida nos capítulos anteriores, que se percebe que teve de haver uma quebra completa com a moralidade tradicional e as crenças tradicionais, para que esse conselho pudesse ser meramente levado em consideração. Mas o leitor judicioso não pode ficar satisfeito em levantar a questão de como esse conselho particular poderia ser colocado em prática e, depois disso, se ele poderia ser colocado em prática sob certas circunstâncias. Ele se vê obrigado a levantar uma questão ulterior e mais incisiva: será que Maquiavel condenaria as políticas imorais recomendadas ao longo do livro, se elas não servissem a um propósito patriótico? Ou essas políticas imorais são compatíveis apenas com um uso patriótico? Não é possível compreender a conclusão patriótica do *Príncipe* como um verniz respeitável para os planos de um príncipe italiano interessado exclusivamente na sua própria realização? Não pode haver qualquer dúvida a respeito de qual é a resposta a essa pergunta: as políticas imorais recomendadas ao longo do *Príncipe* não são justificadas com base no bem comum, mas exclusivamente no interesse próprio do príncipe, na sua preocupação egoísta com o seu próprio bem-estar, segurança e glória.⁵⁴

⁵⁴ Maquiavel sequer sugere que César Bórgia, seu modelo, fosse animado pelo patriotismo ou estivesse preocupado com o bem comum. É verdade que ele contrasta César com o criminoso Agátocles ao não chamar César de criminoso. Mas, quando o leitor se debruça sobre as ações desses homens, o contraste desaparece: ao descrever Agátocles como criminoso, Maquiavel adota provisoriamente o julgamento tradicional sobre ele, ao passo que não existe um julgamento tradicional sobre César. A condenação tradicional de Agátocles foi em parte baseada no fato de que ele ascendeu ao poder principesco a partir de “uma condição baixa e abjeta”. Maquiavel faz referência a uma consideração semelhante ao explicar o fracasso de Máximo – *O Príncipe* cap. XIX (64-65) –, mas ela é irrelevante para o seu próprio julgamento, como pode ser visto em *Discursos* II 13, para não falar da Epístola Declaratória do *O Príncipe*, na qual ele descreve a si mesmo como “um homem de baixa condição”. A principal razão pela qual Maquiavel devia falar de um governante criminoso era a de que ele estava compelido a indicar que estava questionando a distinção tradicional entre criminoso e não criminoso no que diz respeito aos fundadores. Assim, ele apresenta Agátocles como o exemplo clássico do governante criminoso, um violador de todas as leis divinas e humanas, um assassino e

O apelo final ao patriotismo dá a Maquiavel uma desculpa para o fato de haver recomendado cursos de ação imorais. À luz desse fato, seu caráter pode bem aparecer de modo ainda mais obscuro que os seus piores inimigos poderiam pensar. Ao mesmo tempo, entretanto, não somos obrigados a nos dar por satisfeitos com a observação de que o último capítulo do *Príncipe* não passa de uma peça de retórica, isto é, de que Maquiavel não era capaz de pensar com clareza e escrever com habilidade consumada.

Essas observações não pretendem negar que Maquiavel foi um patriota italiano. Ele não teria sido humano se não se opusesse aos bárbaros que estavam devastando e degradando o seu belo país. Com elas apenas negamos que o seu amor pela pátria, ou que a própria pátria, fosse a sua posse mais preciosa. A essência do seu ser era o seu pensamento sobre o homem, sobre a condição do homem e sobre os negócios humanos. Ao levantar as questões fundamentais ele necessariamente transcendeu as limitações e os limites da Itália, e assim se lhe tornou possível usar os sentimentos patrióticos dos seus leitores, assim como os seus próprios, para um propósito mais alto, um propósito ulterior. Deve-se, outrossim, considerar a ambiguidade característica do patriotismo de Maquiavel. No *Príncipe* há oito referências à “pátria”. Num único caso, a Itália é descrita como uma “pátria”. Em seis casos, as pátrias mencionadas mental; embora fosse um excelente capitão, ele não pode ser colocado entre os homens da maior excelência; as suas ações foram capazes de conquistar para ele o império, mas não a glória; sendo assim, ele beneficiou seus súditos, ou, melhor, a gente comum, mas para isso foi movido, é claro, por razões totalmente egoístas. Em seguida, Maquiavel retira tudo o que disse a respeito de Agátocles, quando fala da diferença entre um governante criminoso capaz e um governante não criminoso capaz. O primeiro passo é o elogio de Nâbis, que ele chama de príncipe no *Príncipe*, nomeando-o, entretanto, de tirano nos *Discursos*: a política de Nâbis era fundamentalmente a mesma de Agátocles (cf. *O Príncipe* caps. IX [33] e XIX [58] com *Discursos* I 10 [122] e 40 [187]). O segundo passo é o questionamento da diferença entre “capitão da maior excelência” e “homem da maior excelência”: as boas armas são a condição necessária e suficiente das boas leis, e Agátocles tinha boas armas. Maquiavel não diz que Ciro, o homem excelente mais enfaticamente elogiado na passagem em questão, era leal ou que tinha misericórdia ou religião, mas que ele se distingue pela grandeza mental, isto é, por uma qualidade que Agátocles também tinha. Uma razão pela qual Agátocles não pode ser colocado entre os homens da maior excelência é a sua desumanidade e crueldade selvagens; mas Anibal, que também é caracterizado pela crueldade desumana, é um homem da maior excelência. (cp. *O Príncipe* caps. XII (38-39), XIV (47-48), XVII [54], XXVI [81] com *Discursos* II 18 [280] e III 21 *in fine*). O último passo é mostrar que a glória pode ser adquirida pelo crime ou a despeito do crime. Esse ponto fica claro no caso de Severo (ver p. 46-47), mas não menos claro em *O Príncipe* cap. XVIII *in fine*, para não falar das observações de Maquiavel sobre Giovampagolo Baglioni em

não são países, mas cidades. Em um caso, quatro pátrias são mencionadas: duas são cidades (Roma e Atenas) e duas são países; um dos países é a Pérsia; no que toca ao outro país mencionado, a pátria nobilitada por Moisés, não fica claro se se trata do Egito ou de Canaã, a terra em que ele nasceu ou aquela à qual aspirava.⁵⁵ Quando aplicamos essa observação a Maquiavel, tornamo-nos conscientes de uma tensão entre o seu patriotismo italiano e o seu patriotismo florentino. Ou não seria mais apropriado falar de uma tensão entre o seu patriotismo romano e o seu patriotismo toscano? Há uma estreita conexão entre a essência transpatriótica do seu pensamento e o seu amor pela Itália. A Itália é o solo no qual floresceu a glória que foi a Roma Antiga. Maquiavel acreditava que os homens nascidos numa terra preservam ao longo do tempo mais ou menos a mesma natureza. Se a maior realização política que o mundo já conheceu foi fruto do solo italiano, há razão para ter esperança de que o rejuvenescimento político do mundo fará a sua primeira aparição na Itália; os filhos da Itália são os indivíduos com os maiores dons; todos os autores modernos mencionados, seja no *Príncipe*, seja nos *Discursos* são italianos. Uma vez que esse rejuvenescimento político está condicionado a uma mudança radical no pensamento, a esperança que vem da Itália e para a Itália não é primariamente política no sentido escrito. A libertação da Itália que Maquiavel tem principalmente em mente não é a sua libertação política do domínio bárbaro, mas a libertação intelectual de certa elite italiana de uma má tradição. Mas precisamente porque ele acreditava que os homens nascidos numa terra ou país preservam ao longo das eras mais ou menos a mesma natureza, e como a natureza dos romanos era diferente da dos toscanos, a sua esperança também estava baseada na glória toscana:⁵⁶ os antigos etruscos deram uma contribuição decisiva à religião dos romanos. Maquiavel parece ter visto a si mesmo como um restaurador da glória toscana pelo fato de também ter contribuído para dar a Roma uma nova religião ou uma nova perspectiva sobre a religião. Ou talvez ele tivesse em mente Tarquínio Prisco, que, vindo da Etrúria, fortaleceu o elemento democrático da cidade romana.

Ademais, uma vez que se tenha apreendido o caráter intransigente da preocupação teórica de Maquiavel, não se é mais compelido a colocar sobre os seus ombros toda a responsabilidade por aquelas barbaridades práticas que

N

com tanta frequência ele recomenda. Os conselhos cruéis e desumanos dados ao longo do *Príncipe* são dirigidos menos aos príncipes, que não teriam necessidade deles, do que aos “jovens”, que estão preocupados em entender a natureza da sociedade. Esses verdadeiros destinatários do *Príncipe* foram criados segundo doutrinas que, à luz do ensinamento absolutamente novo de Maquiavel, se revelam confiantes demais na bondade humana, quando não na bondade da criação, e, portanto, demasiado delicadas ou efeminadas. Da mesma forma que um homem medroso por natureza ou educação não consegue adquirir coragem, que é o meio termo entre a covardia e a temeridade, a menos que se lance na direção da temeridade, os pupilos de Maquiavel têm de ser submetidos a um processo de brutalização a fim de serem libertados da efeminação. Ou, da mesma forma que se aprende a usar a baioneta com armas que são muito mais pesadas que as usadas num combate real,⁵⁷ a arte do Estado é aprendida considerando com seriedade cursos extremos de ação que raramente são, se é que são, apropriados na política real. Não somente algumas das mais confortantes, mas precisamente as afirmações mais ultrajantes do *Príncipe*, não têm a pretensão de seriedade, mas servem meramente a uma função pedagógica: assim que se as compreende a essa luz, percebe-se que são divertidas e têm a intenção de divertir. Maquiavel tenta desviar a adesão dos jovens da velha para a nova doutrina, apelando para o gosto dos jovens que não é o melhor nem o mais refinado, ou, nesse sentido, para o gosto das pessoas comuns:⁵⁸ ele demonstra ter uma queda pelo impetuoso, o rápido, o secário, o espetacular e o sangrento em oposição ao deliberado, lento, neutro, silencioso e delicado. No *Príncipe*, ele diz que um príncipe que conquistou uma cidade acostumada à liberdade deve destruí-la se não puder fixar residência nela. Nos *Discursos*, ele afirma que precisamente um príncipe (se não for um bárbaro), em contraste com uma república, pouparia e protegeria cidades conquistadas e deixaria a sua autonomia intacta tanto quanto possível.⁵⁹ Outro curso de ação resolutivo recomendado no *Príncipe* é evitar a neutralidade quando dois vizinhos poderosos entram em atrito: escolher um lado é sempre melhor que permanecer neutro. Maquiavel gradualmente revela a limitação desse conselho. Ele admite primeiro que a neutralidade nem sempre é fatal.

⁵⁷ Cf. *A Arte da Guerra* II (489).

⁵⁸ Cf. *Discursos* I 53.

⁵⁹ O *Príncipe* cap. V; *Discursos* II 2 (239-240). No capítulo 234 dos *Discursos*, ocorre uma das poucas

⁵⁵ O *Príncipe* caps. VI (18), VIII (27, 29, 20), IX (31, 33), XXVI (84).

⁵⁶ O *Príncipe* cap. XXVI (83); *Discursos* II 4 *in fine* e III 43; *A Arte da Guerra*, *in fine*, cf. *Discursos* I

Depois diz que, em razão do poder da justiça, escolher um lado é mais seguro que permanecer neutro. Mais à frente deixa claro que, sob determinadas condições, é sobremaneira insensato abandonar a neutralidade em caso de conflito entre dois vizinhos poderosos. Finalmente, ele admite que nenhum curso de ação é perfeitamente seguro ou, em outras palavras, que o poder da justiça não é tão grande quanto ele próprio indicara anteriormente.⁶⁰ No *Príncipe*, ele sugere muito fortemente que a única coisa necessária é ter boas armas; e fala de forma bem menos estridente da necessidade de prudência.⁶¹

Devemos voltar uma vez mais à sugestão de Maquiavel de que tem um conhecimento adequado da natureza dos príncipes, ao passo que Lorenzo deve ter um conhecimento adequado da natureza dos povos. Como disse-mos, essa sugestão é absurda: uma vez que ser um príncipe significa governar um povo, é impossível conhecer bem os príncipes sem conhecer bem os povos; isso sem falar dos fatos de que Maquiavel dá muitas mostras de ter conhecimento da natureza dos povos ao longo do *Príncipe* e, como ele diz explicitamente nos *Discursos*, de que não há diferença de natureza entre os povos e os príncipes.⁶² Tendo em vista o fato de que conhece bem a natureza dos povos, ele insinua, com a estranha sugestão sobre o seu meio conhecimento, que ele mesmo é um príncipe. Essa insinuação parecerá estranha apenas àqueles a quem falta familiaridade com Xenofonte ou Platão: aquele que conhece a arte do governo é mais verdadeiramente um governante do que os homens que governam meramente em virtude da hereditariedade, da força, da fraude ou pelo fato de serem eleitos por pessoas que nada conhecem da arte do governo.⁶³ Mas se Maquiavel é um príncipe, ele é um novo príncipe e não um príncipe que imita os modos e ordens fundados por outros, mas, antes, um criador, um verdadeiro fundador, um descobridor de novos modos e ordens, o fundador de uma nova ordem social que é total e abrangente e não meramente política ou militar, de modo que Maquiavel é um profeta. Não Lorenzo, mas Maquiavel é o novo Rômulo-Numa ou o novo Moisés, ou seja, um homem que não apenas repete em novas circunstâncias o

que Rômulo-Numa ou Moisés realizaram nos tempos antigos, mas que é tão original quanto eles foram. No último capítulo do *Príncipe*, ele atesta certos milagres que teriam ocorrido em algum lugar da Itália contemporânea — e milagres que se assemelham aos milagres do tempo de Moisés. Os milagres antigos aconteceram no caminho da Casa da Escravidão para a Terra Prometida: tiveram lugar imediatamente antes da revelação do Monte Sinai. Com eles, portanto, Maquiavel sugere que o que é iminente não é a conquista de uma nova Terra Prometida, mas uma nova revelação, a revelação de um novo código, de um novo decálogo. O homem que será o portador do novo código não pode ser Lorenzo ou qualquer outro príncipe no sentido vulgar. O portador do novo código é ninguém menos que o próprio Maquiavel: ele traz da montanha o código verdadeiro, o código que está de acordo com a verdade, com a natureza das coisas. Comparada a essa realização, a conquista da Terra Prometida, a libertação da Itália, é uma *cursu posterior*.⁶⁴ Ela pode esperar, ele terá de esperar até que o código tenha regenerado os italianos. O novo Moisés não ficará triste se morrer nos limites da terra que prometeu, e se avistá-la apenas de longe. Pois, embora seja fatal para um potencial conquistador não fazer a sua conquista enquanto ainda está vivo, o descobridor da verdade mais importante pode conquistar postumamente.⁶⁵

No que toca aos profetas em geral, Maquiavel observa que todos os profetas armados conquistaram e que os profetas desarmados fracassaram. O maior dos profetas armados é Moisés. O único profeta desarmado mencionado é Savonarola. Mas como demonstra a expressão “todos os profetas armados [...] e os profetas desarmados”, ele tem em mente não apenas Savonarola. Assim como ele, que tanto admirava os conquistadores muçulmanos contemporâneos, não podia evitar pensar em Maomé ao falar de profetas armados, ele deve ter pensando em Jesus ao falar de profetas desarmados. Essa é, talvez, a maior dificuldade que encontramos quando tentamos penetrar no pensamento do *Príncipe*: como pode Maquiavel, com base nos seus próprios princípios, explicar a vitória do cristianismo? Alguns dos seus sucessores tentaram explicar explicitamente a vitória do cristianismo em termos puramente políticos. Para citar um historiador dos nossos dias: “Na declaração mais

⁶⁰ O *Príncipe* cap. XXI (71-73).

⁶¹ *Príncipe* caps. XIII (38-39) e XIX (58); *Discursos* I 4 (103); *Opere* II 473.

⁶² O *Príncipe* caps. III (6), VI (19), IX (31, 32), X (35-36), XVII (53), XVIII (57), XXIII (75), XXIV (78); *Discursos* I 57 e 58 (217-19). No *Príncipe* caps. VII (22) e VIII (28), ele usa expressões para falar de César Bórgia e Agátocles que antes usara para falar de si mesmo na *Epístola Dedicatória*.

⁶⁴ Tradução: “uma preocupação ulterior.” (N. T.)

⁶⁵ Os onze pares de qualidades morais mencionados no cap. XV e as onze regras de conduta discutidas nos caps. XX-XXI provam-se, sob exame, serem na verdade dez. Cf. com a reescritura do

notavelmente erasiana⁶⁶ do século [XVII], [Henry] Parker fez de tudo para demonstrar que foi Constantino, e não a pregação ou os milagres da Igreja primitiva, que conquistou a Europa para a Igreja cristã”.⁶⁷ Mas não podemos nos permitir sermos levados a acreditar que um homem da inteligência de Maquiavel teria ficado satisfeito com uma resposta desse tipo, que simplesmente leva a uma questão ulterior: o que motivou a ação de Constantino? O cristianismo não devia ser já uma potência para poder tornar-se um motivo ou um instrumento para um político? Para entender qual pode ter sido a explicação de Maquiavel para a vitória do cristianismo temos de considerar uma dificuldade adicional que não é menos óbvia do que a que já apontamos. Todos os profetas desarmados, segundo ele, fracassaram. Mas o que é ele mesmo senão um profeta desarmado? Como Maquiavel pode ter uma esperança razoável no sucesso de seu enorme empreendimento – enorme em si mesmo e produtor de infinitas enormidades – se os profetas desarmados fracassam necessariamente? Essa é a única pergunta fundamental que o *Principe* levanta na mente do leitor, sem lhe dar sequer um indício de qual poderia ser a resposta de Maquiavel. Ela faz lembrar a questão, da mesma forma não respondida no *Principe*, de como novos modos e ordens podem ser mantidos ao longo dos tempos.⁶⁸ Para responder a essa pergunta, precisamos voltar aos *Discursos*.

⁶⁶ Relativo ao teólogo e médico alemão Thomas Erastus (1524-1583), que no século XVI advogava uma total submissão da Igreja ao poder temporal. (N. T.)

⁶⁷ W. K. Jordan, *Men of Substance* (Chicago: The University of Chicago Press, 1942), p. 82.

4

